Clipping TJES

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12 de julho de 2019

Comarca de Ibiraçu seleciona projeto social para receber recursos de penas pecuniárias (Notícias)

A 2ª Vara da Comarca de Ibiraçu abriu seleção para projetos sociais a serem executados com recursos de prestação pecuniária, fixada como condição de suspensão condicional do processo ou transação penal. Os projetos selecionados serão contemplados com o apoio financeiro de até R\$ 35 mil. Poderão participar do certame todas as instituições de caráter social, em situação ativa, sediadas na Comarca ou que prestem serviços diretamente aos moradores locais, até a data da publicação do edital.

As entidades interessadas em inscrever seus projetos deverão requerer habilitação jurídica no período de 15 a 31 deste mês, por meio de requerimento próprio. O formulário deve ser entregue no Protocolo do Fórum, de segunda a sexta-feira, de 12h às 18h, acompanhado de cópia simples da ata de eleição da atual diretoria e cópia simples do estatuto social da instituição; além de cópia do documento de identificação e do CPF do responsável legal pela instituição.

Identificada a necessidade de adequação na documentação de qualquer requerimento, o juiz intimará a instituição para promover as adequações necessárias, na data prevista de 14 de agosto, por meio do Diário da Justiça, sob pena da instituição não ser habilitada. Em seguida, o juiz decidirá se a instituição está apta ou inapta quanto à habilitação jurídica. O projeto social deve ser apresentado junto ao requerimento de habilitação jurídica e poderá contemplar um ou mais dos seguintes elementos de despesa: serviço, obra, material de consumo e material permanente.

Com o recebimento e conferência, os documentos serão encaminhados para análise do <u>Ministério</u> <u>Público</u> Estadual. As instituições selecionadas para receber os recursos serão notificadas pelo Diário da Justiça na data prevista de 21 de outubro. O cronograma de execução do projeto deverá ser fielmente cumprido e no prazo de 30 dias após o término da execução, a entidade beneficiada deverá prestar contas do material recebido ou do serviço prestado.

Site:

FOLHA DO LITORAL ON/LINE / ES. Sex, 12 de Julho de 2019 PODER JUDICIÁRIO

http://www.folhalitoral.com.br/site/?p=noticias_ver&id=8 862

Caso Ana Clara: ex-militar é condenado a 31 anos de prisão

Itamar Rocha Junior foi considerado culpado por homicídio e ocultação de cadáver

■ Quatro anos depois da estudante Ana Clara Félix Cabral, 19 anos, ter sido assassinada, o ex-militare na época namorado da jovem, Itamar Rocha Lourenço Junior, enfrentou o bancodos réus nestaquinta-feira e foi condenado a 31 anos de prisão, em regime fechado. O julgamento começou às 8h da manhã, na 3ª Vara Criminal da Serra, e terminou por volta da meia-noite.

Itamar foi julgado e condenado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado por motivo fúil, com ocultação de cadáver e falsa comunicação de crime. Na época, ele informou à polícia que havia sido vítima de um assalto e a namorada foi sequestrada. O ex-militar nunca falou sobre o crime.

Ana Clara foi morta com cinco tiros, dentro do #JUSTIÇAPORANACLARA
PARA ESTE
MONSTRO



Família de Ana Clara Félix Cabral, em frente ao fórum, exibe cartazes pedindo a condenação de Itamar. Jovem namorava o ex-PM

carro de Itamar, no dia 5 de fevereiro de 2015. O ex-militar contou à polícia que o veículo havía sido roubado e a namorada levada por um grupo de criminosos. Porém, para um amigo próximo, ele revelou o crime e disse onde havía jogado o corpo de Ana Clara. Ela foi encontrada morta em uma ribanceira, próximo à Rodo-

via do Contomo.

Cinco testemunhas de acusação e cinco de defesa foram ouvidas, entre elas policiais que participaram da ocorrência e da investigação do crime, e pessoas próximas ao ex-militar. O júri foi composto por quatro mulheres e três homens.

Durante o julgamento, Itamar afirmou à juíza que os tiros foram acidentais. O acusado disse que, durante uma discussão dentro do carro, a vítima teria pegado a arma, que estava ao lado do freio de mão. Ao tentar tirar a arma da mão da jovem, o revólver disparou e atingiu a vítima. Para o promotor de acusação, as respostas de Itamar não se sustentam.

FAMÍLIA

Carregando pertences de Ana Clara – um escapulário e uma almofada – Ana Katia Rodrigues Félix acompanhou o julgamento do ex-namorado da filha. Na porta do Fórum, ela pediu por Justiça e manifestou indignação contra a violência contra à mulher.

"Ele não teve dó, é um

assassino covarde, um monstro. O feminicídio está acontecendo todo dia. O nosso empenho é que ele pegue 30 anos de cadeia", disse.

O pai de Ana Clara, Elson Cabral Filho, pedia pela condenação máxima de Itamar. "As provas estão muito claras, ele é o único suspeito, ficou preso o tempo todo".

Caso Ana Clara: ex-militar Itamar alega que tiros foram acidentais

Por: Leandro Tedesco

Durante o julgamento que acontece desde a manhã desta quinta-feira (11) , na 3ª Vara Criminal da Serra, o ex-militar Itamar Rocha Lourenço, acusado de matar a jovem Ana Clara Félix Cabral com cinco disparos de arma de fogo, dentro de um carro , afirmou à juíza que os tiros foram acidentais. A informação é da TV Gazeta .

Itamar alegou à magistrada que, durante uma discussão dentro do carro, a vítima teria pegado a arma, que estava ao lado do freio de mão. Para o Júri, o ex-militar disse ainda que, ao tentar tirar a arma da mão da jovem, o revólver disparou e atingiu a vítima.

> Delegado afirma não ter dúvidas de que PM matou a namorada

Para o promotor de acusação, as respostas de Itamar não se sustentam. Além do promotor, o pai de Ana Clara também não acredita na versão do ex-militar. Abalado o pai da vítima não conseguiu assistir o interrogatório de Itamar.

O CASO

Ana Clara e Itamar, que havia acabado de reatar a relação, saíram de uma festa em um quiosque na Praia de Camburi, Vitória. Os depoimentos constantes no processo apontam que a relação do casal era conturbada em decorrência do ciúme que o ex-PM nutria pela jovem.

A jovem

foi morta com cinco tiros, dentro do carro de Itamar

, no dia 5 de fevereiro de 2015. O ex-militar informou à polícia que o veículo havia sido roubado e namorada levada por um grupo de criminosos. Porém, para um amigo próximo, ele contou sobre o crime e disse onde havia jogado o corpo de Ana Clara. Ela foi encontrada morta em uma ribanceira, próximo a Rodovia do Contorno.

Após o crime, Itamar notificou a polícia dizendo que ao sair de um motel, em Cariacica, com a namorada, parou para urinar. Ele contou que nesse momento o carro dele, onde Ana Clara estava, foi cercado por

criminosos, que teriam sequestrado a estudante.

A versão do então soldado não convenceu a polícia que fazia diligências para tentar localizar o sequestrador. Para um amigo, ele contou onde estava o corpo de Ana Clara e já durante a noite ele levou os policiais até o local.

Site:

https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/07/casoana-clara-ex-militar-itamar-alega-que-tiros-foramacidentais-1014189158.html

Caso Ana Clara: ex-militar Itamar alega que tiros foram acidentais

Durante o julgamento que acontece desde a manhã desta quinta-feira (11) , na 3ª Vara Criminal da Serra, o ex-militar Itamar Rocha Lourenço, acusado de matar a jovem Ana Clara Félix Cabral com cinco disparos de arma de fogo, dentro de um carro , afirmou à juíza que os tiros foram acidentais. A informação é da TV Gazeta .

Itamar alegou à magistrada que, durante uma discussão dentro do carro, a vítima teria pegado a arma, que estava ao lado do freio de mão. Para o Júri, o ex-militar disse ainda que, ao tentar tirar a arma da mão da jovem, o revólver disparou e atingiu a vítima.

> Delegado afirma não ter dúvidas de que PM matou a namorada

Para o promotor de acusação, as respostas de Itamar não se sustentam. Além do promotor, o pai de Ana Clara também não acredita na versão do ex-militar. Abalado, o pai da vítima não conseguiu assistir o interrogatório de Itamar.

O CASO

Ana Clara e Itamar, que havia acabado de reatar a relação, saíram de uma festa em um quiosque na Praia de Camburi, Vitória. Os depoimentos constantes no processo apontam que a relação do casal era conturbada em decorrência do ciúme que o ex-PM nutria pela jovem.

A jovem foi morta com cinco tiros, dentro do carro de Itamar , no dia 5 de fevereiro de 2015. O ex-militar informou à polícia que o veículo havia sido roubado e namorada levada por um grupo de criminosos. Porém, para um amigo próximo, ele contou sobre o crime e disse onde havia jogado o corpo de Ana Clara. Ela foi encontrada morta em uma ribanceira, próximo a Rodovia do Contorno.

Após o crime, Itamar notificou a polícia dizendo que ao sair de um motel, em Cariacica, com a namorada, parou para urinar. Ele contou que nesse momento o carro dele, onde Ana Clara estava, foi cercado por criminosos, que teriam sequestrado a estudante.

A versão do então soldado não convenceu a polícia que fazia diligências para tentar localizar o sequestrador. Para um amigo, ele contou onde estava o corpo de Ana Clara e já durante a noite ele levou os policiais até o local.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/07/caso-ana-clara-ex-militar-itamar-alega-que-tiros-foram-acidentais-1014189158.html

Itamar Rocha confessa crime, mas diz que tiros que mataram Ana Clara foram acidentais

Quatro anos após o assassinato da estudante Ana Clara Félix Cabral, de 19 anos, o principal suspeito de cometer o crime , Itamar Rocha Lourenço Júnior, resolveu dar a sua versão dos fatos à Justiça. O exsoldado da Polícia Militar e ex-namorado da vítima disse em depoimento, durante o júri popular desta quinta-feira (11) , que os cinco tiros disparados contra a vítima foram acidentais.

Durante seu depoimento, ocorrido durante a tarde desta quinta-feira, o ex-policial afirmou que, depois de discutir com a namorada, ela pegou a arma e apontou contra ele. Ainda segundo Itamar, no momento em que ele foi tirar o revólver da mão da jovem, a arma acabou disparando cinco vezes.

A versão não convenceu o Ministério Público, segundo o promotor de justiça, Rodrigo Monteiro. "O réu ficou em silêncio durante toda a instrução e hoje trouxe uma tese que surpreendeu o Ministério Público, uma tese dizendo que os disparos que vitimaram a Ana Clara foram disparos acidentais. A prova mostra que não foi isso que aconteceu", afirmou o promotor, que disse ainda que espera uma condenação justa para o réu.

"Nós não queremos que o réu apodreça, não é isso, mas que seja feita justiça. O **Ministério Público** busca uma pena justa. Nem um dia a mais, nem um dia a menos. Que ele pague a dívida dele com a sociedade por ter ceifado a vida de uma jovem de 19 anos de idade, com todo um futuro pela frente", completou.

A família de Ana Clara também ficou indignada com a versão trazida por Itamar durante o julgamento. "Eu fiquei sabendo agora que ele confessou e disse que foi acidental. Ele deu cinco tiros acidentalmente na minha filha. Acidentalmente a arma disparou cinco vezes e as cinco vezes acertou a minha filha. Que fatalidade né, a minha filha receber cinco tiros acidentalmente?", ironizou o pai da vítima, o engenheiro Elson Cabral Filho.

O pai de Ana Clara disse que não acompanhou o depoimento do acusado. "Eu preferi sair. Primeiro em solidariedade à minha mulher, que ela não quis de jeito nenhum acompanhar. Eu fiquei do lado de fora do

salão junto com ela. E também porque eu sabia que nada disso, nada do que ele falasse, ia acrescentar ou ia modificar a nossa opinião sobre aquilo que aconteceu. Espero que a justiça seja feita. O único resultado que esperamos é que ele seja condenado", declarou.

A mãe de Ana Clara, a administradora Ana Katia Félix, diz que espera que Itamar pegue a pena máxima . "Já confessou o crime, já mudou a versão, já está um cordeirinho, um anjinho. Deu cinco tiros pelas costas e ainda está se achando um anjinho. Já que ele confessou, acho que todo mundo viu o crápula que ele é, o jeito como ele falou. Que ele pegue uns 30 anos. Se pudesse dar mais, eu gostaria, mas eu acho que 30 anos já ameniza um pouco o nosso sofrimento", afirmou.

"Sempre foi dissimulado, sempre teve esses dois lados. Agora ele teve capacidade de dizer que gosta de mim e do meu marido. Como que você gosta de uma família, como você admira uma família e destrói aquela família, matando da maneira cruel como ele matou, pelas costas, a minha filha?", questionou Ana Katia.

Julgamento

O julgamento do ex-PM aconteceu desde às 8 horas desta quinta-feira no Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, em Serra Sede. Na parte da manhã, segundo familiares de Ana Clara, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação. Depois do intervalo de almoço, outras cinco testemunhas foram ouvidas, dessa vez de acusação. Depois das testemunhas de defesa e acusação falarem, foi a vez de ouvir o réu, o que aconteceu por volta das 16h30.

Além de familiares da jovem, amigos e parentes de outras mulheres vítimas de violência, como a jovem Bárbara Richardelle, estiveram no fórum para prestar apoio à família de Ana Clara e acompanhar o julgamento.

Relembre o caso

A estudante, na época com 19 anos, foi assassinada

no dia 5 de fevereiro de 2015, na Rodovia do Contorno, na Serra. Segundo as investigações o expolicial assassinou a namorada com cinco tiros e jogou o corpo dela em uma ribanceira, às margens da rodovia.

No mesmo dia, o acusado chegou a afirmar à polícia que Ana Clara havia sido sequestrada por bandidos . No entanto, horas depois, o corpo dela foi encontrado às margens da Rodovia do Contorno . Itamar foi preso em flagrante por homicídio duplamente qualificado. Cerca de seis meses após o crime, o suspeito foi expulso da Polícia Militar. Ana Clara e Itamar namoravam há cerca de dois anos.

Réu não responderá por feminicídio

A lei do feminicídio (13.104/2015) entrou em vigor em março de 2015, um mês após o crime. Segundo a advogada criminalista Elisângela Leite Melo, a lei não pode retroagir, fato que impede que o réu seja julgado pelo crime de feminicídio, que prevê pena maior que o crime de homicídio qualificado.

Fonte: Folha Vitória

Continua depois da Publicidade:

Site: https://bananalonline.com.br/itamar-rochaconfessa-crime-mas-diz-que-tiros-que-mataram-anaclara-foram-acidentais/

Caso Ana Clara: ex-PM é condenado a 31 anos de prisão por morte de namorada no ES

Por G1 ES

O ex-policial militar Itamar Rocha Lourenço Junior foi condenado a 31 anos de prisão, em júri popular nesta quinta-feira (11), na 3ª Vera Criminal da Serra, na Grande Vitória, pela morte da namorada Ana Clara Félix Cabral. O crime aconteceu há quatro anos.

A jovem, que na época tinha 19 anos, foi morta com cinco tiros e teve o corpo foi jogado em uma ribanceira na Serra, no dia 5 de fevereiro de 2015. Itamar, que na época tinha 24, está preso desde o dia do crime na Penitenciária de Segurança Média I, em Viana. O expolicial não foi acusado de feminicídio porque ainda não existia esta qualificação de crime.

Durante o interrogatório prestado diante da juíza Daniela Pellegrino de Freitas Nemer, responsável pelo caso, o suspeito declarou que os cinco disparos que atingiram Ana Clara foram acidentais.

Segundo Itamar, durante uma discussão com a vítima dentro de um carro, ela teria tentado pegar a arma dele, que estava ao lado do freio de mão do veículo, e ao tentar retirar a arma das mãos de Ana Clara, os tiros foram efetuados acidentalmente.

A versão de Itamar, por sua vez, não convenceu o promotor de acusação Rodrigo Monteiro. No sentido do **Ministério Público**, ele apresentou uma tese fraca, que não se sustenta pela prova dos autos. Quem acompanhou o interrogatório dele percebe que sempre que ele é questionado sobre um ponto específico dos fatos, sempre falava não me recordo, não me recordo. Só tendo amnésia seletiva, só não se recorda daquilo que não é conveniente, comentou.

O pai de Ana Clara, Elson Cabral Filho, revelou que não conseguiu assistir ao depoimento do ex-policial militar. Elson aguardou o fim do interrogatório do suspeito na sala de espera do fórum ao lado da esposa e mãe da estudante.

Preferi sair em solidariedade à minha mulher, que não quis de jeito nenhum acompanhar. Fiquei do lado de fora do salão junto com ela. E também porque eu sabia que nada do que ele falasse iria acrescentar ou modificar a nossa opinião. Ele disse que foi acidental. Ele deu cinco tiros acidentalmente na minha filha? Acidentalmente a arma disparou cinco vezes e nas

cinco vezes acertou minha filha? Nós esperamos que ele seja condenado, só espero isso da Justiça, frisou.

A mãe de Ana Clara, Ana Kátia Félix, relatou que a dor de ter perdido a filha é insuperável. Não tem explicação, não sei te explicar que dor é essa. Ninguém quer perder um filho, a gente sempre acha que vai antes, concluiu Ana Kátia.

O crime aconteceu no dia 5 de fevereiro de 2015, após Ana Clara e Itamar saírem de uma festa. Os depoimentos apontam que a relação do casal era conturbada e que o ex-PM tinha muito ciúme da jovem.

Eles seguiram em direção à Serra quando Ana Clara foi morta dentro do carro de Itamar com cinco tiros, sendo um na cabeça e quatro nas costas. O corpo dela foi jogado em uma ribanceira na Rodovia do Contorno.

Após o crime, Itamar notificou a polícia dizendo que ao sair de um motel, em Cariacica, com a namorada, parou para urinar. Nesse momento o carro dele, onde Ana Clara estava, foi cercado por criminosos, que teriam sequestrado a estudante.

Para um amigo, ele contou onde estava o corpo de Ana Clara e já durante a noite ele levou os policiais até o local. O ex-policial nunca confessou o crime, nem a motivação ou a dinâmica do assassinato.

Itamar foi expulso da Polícia Militar cinco meses depois do assassinato.

Site: https://g1.globo.com/es/espiritosanto/noticia/2019/07/12/caso-ana-clara-ex-pm-econdenado-a-31-anos-de-prisao-por-morte-de-namoradano-es.ghtml

Caso Ana Clara: ex-militar Itamar é condenado a 31 anos de prisão

Quatro anos depois da estudante Ana Clara Félix Cabral, 19 anos, ter sido assassinada, o ex-militar e na época namorado da jovem, Itamar Rocha Lourenço Junior, enfrentou o banco dos réus nesta quinta-feira e foi condenado a 31 anos de prisão, em regime fechado. O julgamento começou às 8h da manhã e aconteceu na 3ª Vara Criminal da Serra.

Itamar foi julgado e condenado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, com ocultação de cadáver e falsa comunicação de crime . Na época, ele informou a polícia que havia sido vítima de um assalto e a namorada foi sequestrada. O exmilitar nunca falou sobre o crime.

Ana Clara foi morta com cinco tiros, dentro do carro de Itamar , no dia 5 de fevereiro de 2015. O ex-militar informou à polícia que o veículo havia sido roubado e namorada levada por um grupo de criminosos. Porém, para um amigo próximo, ele contou sobre o crime e disse onde havia jogado o corpo de Ana Clara. Ela foi encontrada morta em uma ribanceira, próximo a Rodovia do Contorno.

Cinco testemunhas de acusação e cinco de defesa foram ser ouvidas, entre elas policiais que participaram da ocorrência e investigação do crime, e pessoas próximas ao ex-militar. O júri foi composto por quatro mulheres e três homens.

> Delegado afirma não ter dúvidas de que PM matou a namorada

O CRIME

Ana Clara e Itamar havia acabado de reatar a relação e foram em uma festa em um quiosque na Praia de Camburi , Vitória . Os depoimentos constantes no processo apontam que a relação do casal era conturbada em decorrência do ciúme que o ex-PM nutria pela jovem.

Eles seguiram em direção a Serra, e Ana Clara foi morta dentro do carro de Itamar com cinco tiros, sendo um na cabeça e quatro nas costas. O corpo dela foi jogado em uma ribanceira na Rodovia do Contorno . Após o crime, Itamar notificou a polícia dizendo que ao sair de um motel, em Cariacica, com a namorada, parou para urinar. Ele contou que nesse momento o carro dele, onde Ana Clara estava, foi cercado por

criminosos, que teriam seguestrado a estudante.

A versão do então soldado não convenceu a polícia que fazia diligências para tentar localizar o sequestrador. Para um amigo, ele contou onde estava o corpo de Ana Clara e já durante a noite ele levou os policiais até o local. Mas nunca confessou o crime, nem mesmo em depoimentos à Justiça, e nem disse a motivação e dinâmica do assassinato.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/07/caso-ana-clara-ex-militar-itamar-e-condenado-a-31-anos-de-prisao-1014189142.html

PM condenado a 31 anos por matar namorada (Polícia)

VINY NASCIMENTO

O ex-policial militar Itamar Rocha Lourenço Júnior foi condenado a 31 anos pela morte da namorada Ana Clara Félix Cabral, 19 anos. Ele ainda terá de pagar uma indenização de R\$ 100 mil para a família da estudante.

O crime aconteceu no dia 5 de fevereiro de 2015 e o corpo da vítima foi encontrado na Rodovia do Contorno, na Serra. Na época, ele teria dito para a polícia que o carro dele, onde ela foi baleada cinco vezes, teria sido roubado e que a namorada teria sido sequestrada.

O julgamento começou na manhã de quinta-feira (11), na 3ª Vara Criminal da Serra. O réu foi condenado às 23h15 por homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima), ocultação de cadáver e falso comunicado de crime.

Fonte: TRIBUNA ON LINE

Esta noticia já foi lida13 vezes

Site: https://saomateusnews.com.br/policia/adicionar/

PM condenado a 31 anos por matar namorada vai ter que pagar 100 mil a família da vítima

Redação Tribuna Online

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online!

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

O ex-policial militar Itamar Rocha Lourenço Júnior foi condenado a 31 anos pela morte da namorada Ana Clara Félix Cabral, 19 anos. Ele ainda terá de pagar uma indenização de R\$ 100 mil para a família da estudante.

O crime aconteceu no dia 5 de fevereiro de 2015 e o corpo da vítima foi encontrado na Rodovia do Contorno, na Serra. Na época, ele teria dito para a polícia que o carro dele, onde ela foi baleada cinco vezes, teria sido roubado e que a namorada teria sido sequestrada.

O julgamento começou na manhã de quinta-feira (11), na 3ª **Vara Criminal da Serra**. O réu foi condenado às 23h15 por homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima), ocultação de cadáver e falso comunicado de crime.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas preciam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: https://tribunaonline.com.br/pm-condenado-a-31anos-por-matar-namorada-vai-ter-que-pagar-100-mil-afamilia-da-vitima

Caso Ana Clara: ex-militar Itamar é condenado a 31 anos de prisão

Por: Gazeta Online

Quatro anos depois da estudante Ana Clara Félix Cabral, 19 anos, ter sido assassinada, o ex-militar e na época namorado da jovem, Itamar Rocha Lourenço Junior, enfrentou o banco dos réus nesta quinta-feira e foi condenado a 31 anos de prisão, em regime fechado. O julgamento começou às 8h da manhã e aconteceu na 3ª Vara Criminal da Serra.

Itamar foi julgado e condenado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, com ocultação de cadáver e falsa comunicação de crime . Na época, ele informou a polícia que havia sido vítima de um assalto e a namorada foi sequestrada. O exmilitar nunca falou sobre o crime.

Ana Clara foi morta com cinco tiros, dentro do carro de Itamar , no dia 5 de fevereiro de 2015. O ex-militar informou à polícia que o veículo havia sido roubado e namorada levada por um grupo de criminosos. Porém, para um amigo próximo, ele contou sobre o crime e disse onde havia jogado o corpo de Ana Clara. Ela foi encontrada morta em uma ribanceira, próximo a Rodovia do Contorno.

Cinco testemunhas de acusação e cinco de defesa foram ser ouvidas, entre elas policiais que participaram da ocorrência e investigação do crime, e pessoas próximas ao ex-militar. O júri foi composto por quatro mulheres e três homens.

> Delegado afirma não ter dúvidas de que PM matou a namorada

O CRIME

Ana Clara e Itamar havia acabado de reatar a relação e foram em uma festa em um quiosque na Praia de Camburi , Vitória . Os depoimentos constantes no processo apontam que a relação do casal era conturbada em decorrência do ciúme que o ex-PM nutria pela jovem.

Eles seguiram em direção a Serra, e Ana Clara foi morta dentro do carro de Itamar com cinco tiros, sendo um na cabeça e quatro nas costas. O corpo dela foi jogado em uma ribanceira na Rodovia do Contorno . Após o crime, Itamar notificou a polícia dizendo que ao sair de um motel, em Cariacica, com a namorada,

parou para urinar. Ele contou que nesse momento o carro dele, onde Ana Clara estava, foi cercado por criminosos, que teriam sequestrado a estudante.

A versão do então soldado não convenceu a polícia que fazia diligências para tentar localizar o sequestrador. Para um amigo, ele contou onde estava o corpo de Ana Clara e já durante a noite ele levou os policiais até o local. Mas nunca confessou o crime, nem mesmo em depoimentos à Justiça, e nem disse a motivação e dinâmica do assassinato.

Site:

https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/07/casoana-clara-ex-militar-itamar-e-condenado-a-31-anos-deprisao-1014189142.html

Pena máxima: ex-pm é condenado a 31 anos por matar a namorada- Parte 01

TAG: POLICIAL MILITAR, JULGAMENTO, DEPOIMENTO, ASSASSINATO, FÓRUM CRIMINAL NA SERRA, JÚRI POPULAR, RECURSOS, BANCO DOS RÉUS, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA, MINISTÉRIO PÚBLICO, 31 ANOS DE CONDENAÇÃO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/07/12/TVVITRIARECOR DES-06.58.36-07.00.08-1562931702.mp4

Pena máxima: ex-pm é condenado a 31 anos por matar a namorada- Parte 02

TAG: POLICIAL MILITAR, JULGAMENTO, DEPOIMENTO, ASSASSINATO, FÓRUM CRIMINAL NA SERRA, JÚRI POPULAR, RECURSOS, BANCO DOS RÉUS, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA, MINISTÉRIO PÚBLICO, 31 ANOS DE CONDENAÇÃO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/07/12/TVVITRIARECOR DES-07.35.55-07.38.58-1562932068.mp4

Condenado a 31 anos de prisão ex-policial militar foi julgado por assassinar a namorada a tiros em 2015

TAG: POLICIAL MILITAR, JULGAMENTO, DEPOIMENTO, ASSASSINATO, FÓRUM CRIMINAL NA SERRA, JÚRI POPULAR, RECURSOS, BANCO DOS RÉUS, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA, MINISTÉRIO PÚBLICO, 31 ANOS DE CONDENAÇÃO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2019/07/12/120719_tvgazeta_bomdiaes_serra_condenado.mp4

Pena máxima: ex-pm é condenado a 31 anos por matar a namorada

TAG: POLICIAL MILITAR, JULGAMENTO, DEPOIMENTO, ASSASSINATO, FÓRUM CRIMINAL NA SERRA, JÚRI POPULAR, RECURSOS, BANCO DOS RÉUS, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA, MINISTÉRIO PÚBLICO, 31 ANOS DE CONDENAÇÃO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2019/07/12/RDIOCBNVITRIA 925FMES-09.35.44-09.39.20-1562945004.mp3

Ex-policial militar acusado de matar namorada é julgado, na Serra, quatro anos depois do crime

TAG: POLICIAL MILITAR, JULGAMENTO, DEPOIMENTO, ASSASSINATO, FÓRUM CRIMINAL NA SERRA, JÚRI POPULAR, RECURSOS, BANCO DOS RÉUS, TERCEIRA VARA CRIMINAL DA SERRA, MINISTÉRIO PÚBLICO, 31 ANOS DE CONDENAÇÃO, PROMOTOR DE JUSTIÇA RODRIGO MONTEIRO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2019/07/12/RDIOCBNVITRIA 925FMES-06.12.43-06.15.08-1562941415.mp3

Caso Gabriela Chermont: após 22 anos, júri popular tem data marcada no ES

TAG: JULGAMENTO, JÚRI POPULAR, VÍTIMA DE EX NAMORADO, ASSASSINATO, 22 ANOS DE PROCESSO EM CURSO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2019/07/12/RDIOCBNVITRIA 925FMES-06.15.08-06.16.28-1562941548.mp3



THEODORICO FERRACO na Assembleia: proximidade com juiz de Presidente Kennedy e procurador de Itanemirim

Ferraço é alvo de 4 denúncias na Casa

Denunciante aponta que deputado teria participado de eventos promovidos por juiz e procurador em troca de favores em processos

Matheus Brum

oi protocolada na Assembleia Legislativa do Estado (Ales) a quarta denúncia contra o deputado estadual Theodorico Ferraco (DEM).

dorico Ferraço (DEM).

A denúncia versa sobre a proximidade do parlamentar com o juiz de Presidente Kennedy e o procurador de Itapemirim, que teriam atuado, segundo o denunciante, em favor do deputado em alguns processos.

Um dos juízes, inclusive, foi afastado pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), no fim de maio, para responder a um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Segundo a denúncia, protocola-

Segundo a denúncia, protocolada na Assembleia na última quarta-feira, Ferraço teria participado de festas e eventos promovidos pelo juiz em questão, mostrando a proximidade com o magistrado.

proximidade com o magistrado. Isso, segundo a denúncia, mostra "relação de promiscuidade (que) envergonha o Judiciário e o Legislativo capixaba, pois usam de seus cargos para se beneficiar".

O denunciante também narra que, em 2015, o deputado estadual concedeu o título de Cidadão Espírito-santense ao juiz de Itapemirim. Segundo a denúncia, essa seria outra prova da proximidade entre o parlamentar e o magistrado.

Com esta nova denúncia, que ainda não chegou às mãos do presidente da Corregedoria, o deputado Hudson Leal (PRB), chega a quatro o número de representações contra o parlamentar.

A coluna Plenário noticiou na

última terça-feira que os outros três processos foram distribuídos pelo órgão. De acordo com a coluna, a primeira denúncia trata de suposto abandono do mandato parlamentar, citando que o deputado não participa das sessões e nem de comissões da Assembleia.

A segunda já trataria de suposta corrupção – investigada no âmbito da Operação Rubi, do Ministério Público – e cita suposta interferência do deputado em prol da

uma empresa numa licitação.
Já a terceira denúncia dá conta
de que o deputado estaria por trás
dos pedidos de CPIs protocolados
por vereadores de Itapemirim
contra o prefeito Thiago Peçanha
(PSDB).

O presidente da Corregedoria, deputado Hudson Leal, foi procurado pela reportagem de A **tribu**na. Entretanto, ele informou que não pode comentar sobre o caso, por impedimento da função de

"Estou à disposição", diz deputado

Alvo de quatro representações junto à Corregedoria da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Theodorico Ferraço (DEM) informou que "está à disposição das autoridades para responder a qualquer questionamento sobre suas atividades".

O experiente parlamentar ainda informou que fez uma representação junto ao Ministério Público do Estado (MP-ES), pedindo uma investigação contra as pessoas que estão por trás de todas estas demúncias, que o deputado acredita serem de cunho político.

Ferraço é o deputado mais velho desta legislatura, com 82 anos, e está em seu sexto mandato como



PLENÁRIO da Assembleia

deputado estadual, o quarto seguido. Também foi eleito quatro vezes (1972, 1988, 1996 e 2000) prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, maior cidade do Sul do Estado.

As denúncias contra o parlamentar, protocoladas na Corregedoria da Assembleia, versam sobre supostos atos de corrupção, investigado no âmbito da "Operação Rubi", no Ministério Publico; suposto abandono de mandato, por não estar presente nas sessões da Casa; interferência na política de Itapemirim, incentivando vereadores a abrirem processos contra a prefeitura; e amizades com juiz e promotor, que atuam em processos de interesse de Ferraço.

Presidente Kennedy rescinde contrato de limpeza investigado

Serviço cancelado na cidade é apontado pela Operação Rubi como fonte de propina

O prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei Fontão (PSD), decidiu rescindir o contrato com a empresa Limpeza Urbana Serviços LTDA, responsável pelo serviço de limpeza pública na cidade.

Arelação de gestores de Kennedy com a empresa foi um dos fatores que levaram à deflagração da Operação Rubi, que apura esquema de oferta de vantagens a empresários em troca de propinas.

A prefeira afastada de Presidente Kennedy, Amanda Quinta (sem partido), eo companheiro dela e ex-secretário de Desenvolvimento, José Augusto de Paiva, foram dois dos alvos daoperação. Denunciados pelo Ministério Público Estadual (MPES), ambos seguem

presos preventivamente.

As prisões foram realizados no dia 8 de maio, na casade Amanda e José Augusto. As autoridades entraram no imóvel do casal depois que Marcelo Marcondes Soares, um dos sócios da Limpeza Urbana, chegou levando uma mochila com R\$ 33 mil em espécie.

Segundo a denúncia criminal, a quantia era referente a propina periódica paga pelo empresário a agentes públicos. OMPES, por meio de seu Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), monitorou três entregas de dinheiro.

ACORDO

Marcelo Marcondes negociou um acordo de colaboração premiada e deixou a cadeia no dia 7 de junho. Outras três pessoas presas na Rubi seguem encarceradas: o ex-secretário de Assistência Social, Leandro Rainha, o motorista apontado como laranja da em-



Limpeza urbana em Kennedy: decisão após parecer

presa, Cristiano Graça Solto e Isaias Pacheco do Espírito Santo, contador da firma.

O rompimento do contrato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios na última segunda-feira (08). Formalmente celebrado com a Secretaria de Meio Ambiente, a rescisão foi unilateral e seguiu parecer da Procuradoria do município. O procurador-geral é o advogado Rodrigo Lisboa Corrêa.

Entre as alegações,
"violação de princípios
norteadores do direiro administrativo (moralidade,
legalidade e impessoalidade)" e do "princípio
contratual da boa-fé".

O município estuda uma nova contratação para substituir a prestação do serviço. O processo

R\$ 105 MILHÕES

Despesa de Presidente Kennedy com quatro contratos investigados na Operação Rubi, entre 2013 e 2018.

ainda está sendo analisado internamente e não há previsão de quando a Limpeza Urbana terá uma substituta.

A reportagem não localizou os advogados da empresa que cuidam do processo administrativo.

INSTRUÇÃO

Em entrevista para A GAZETA ainda em maio, o prefeito em exercício disse que aguardava instruções jurídicas para decidir sobre os contratos investigados. Além do de limpeza, também há suspeitas sobre a oferta de transporte público gratuito na cidade.

Somente em Kennedy, o poder público gastou R\$ 105 milhões com os contratos investigados, entre 2013 e 2018.

ASSISTENCIALISMO

Farta em royalties de petróleo, o município oferece serviços que costumam ser confundidos com assistencialistas. Produtores rurais têm insumos pagos pela prefeitura. Os critérios de distribuição estão na mira da Promotoria da cidade.

A administração tambémpaga cursos superiores em faculda des privadas efinancia o transporte dos alunos. Além disso, cestas básicas e casas são distribuídas à população carente.

Tudo é graças ao dinheiro do petróleo, que não pode ser usado para pagar despesas com a folha de pagamento.

A Operação Rubi também apura relações suspeitas em Marataízes, Jaguaré e Piúma.

Fraude na área da saúde gera nova operação em Presidente Kennedy

TAG: MINISTÉRIO PÚBLICO, PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE KENNEDY, GAECO, OPERAÇÃO, FRAUDES NA SAÚDE, CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/audio/2019/07/12/RDIOCBNVITRIA 925FMES-09.46.34-09.48.20-1562945378.mp3

Após quatro anos do assassinato da estudante Ana Clara, ex-PM é condenado a 31 anos de prisão

Foto: Reprodução/TV Gazeta

Quatro anos após o assassinato da estudante Ana Clara Félix Cabral, de 19 anos, o ex-soldado da Polícia Militar e na época também namorado da jovem, Itamar Rocha Lourenço Júnior, sentou no banco dos réus na tarde de quinta-feira (11) e foi condenado a 31 anos de prisão em regime fechado.

O ex-policial militar foi julgado e condenado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, com comunicação de crime e ocultação de cadáver.

Em depoimento prestado em júri popular, na tarde de quinta-feira, o ex-policial confessou o crime, mas negou que ele tenha matado a jovem. Segundo ele, depois de discutir com a namorada, ela pegou a arma e apontou contra ele. Mas, no momento em que ele foi tirar o revólver da mão da jovem, a arma acabou disparando cinco vezes contra ela.

Apesar de ter confessado o assassinato, o acusado negou ter ocultado o cadáver da estudante e ter informado aos policiais que a jovem teria sido sequestrada, segundo informou a advogada da família da vítima.

No entanto, a versão não convenceu o <u>Ministério</u> <u>Público</u>, segundo o promotor de justiça, Rodrigo Monteiro. O réu ficou em silêncio durante toda a instrução e hoje trouxe uma tese que surpreendeu o <u>Ministério Público</u>, uma tese dizendo que os disparos que vitimaram a Ana Clara foram disparos acidentais. A prova mostra que não foi isso que aconteceu , afirmou o promotor, que disse ainda que espera uma condenação justa para o réu.

Nós não queremos que o réu apodreça, não é isso, mas que seja feita justiça. O **Ministério Público** busca uma pena justa. Nem um dia a mais, nem um dia a menos. Que ele pague a dívida dele com a sociedade por ter ceifado a vida de uma jovem de 19 anos de idade, com todo um futuro pela frente, completou.

Foto: Reprodução

A família de Ana Clara também ficou indignada com a versão trazida por Itamar durante o julgamento. Eu fiquei sabendo agora que ele confessou e disse que foi acidental. Ele deu cinco tiros acidentalmente na minha filha. Acidentalmente a arma disparou cinco vezes e as cinco vezes acertou a minha filha. Que fatalidade né, a minha filha receber cinco tiros acidentalmente? , ironizou o pai da vítima, o engenheiro Elson Cabral Filho.

O pai de Ana Clara disse que não acompanhou o depoimento do acusado. Eu preferi sair. Primeiro em solidariedade à minha mulher, que ela não quis de jeito nenhum acompanhar. Eu fiquei do lado de fora do salão junto com ela. E também porque eu sabia que nada disso, nada do que ele falasse, ia acrescentar ou ia modificar a nossa opinião sobre aquilo que aconteceu. Espero que a justiça seja feita. O único resultado que esperamos é que ele seja condenado, declarou.

A mãe de Ana Clara, a administradora Ana Katia Félix, diz que espera que Itamar pegue a pena máxima. Já confessou o crime, já mudou a versão, já está um cordeirinho, um anjinho. Deu cinco tiros pelas costas e ainda está se achando um anjinho. Já que ele confessou, acho que todo mundo viu o crápula que ele é, o jeito como ele falou. Que ele pegue uns 30 anos. Se pudesse dar mais, eu gostaria, mas eu acho que 30 anos já ameniza um pouco o nosso sofrimento, afirmou.

Sempre foi dissimulado, sempre teve esses dois lados. Agora ele teve capacidade de dizer que gosta de mim e do meu marido. Como que você gosta de uma família, como você admira uma família e destrói aquela família, matando da maneira cruel como ele matou, pelas costas, a minha filha?, questionou Ana Katia.

Na época, o crime aconteceu em 2015, quando Ana Clara foi morta dentro do carro de Itamar e, foi deixada às margens da Rodovia do Contorno, na Serra.

Julgamento

Foto: Suellen Araújo

O julgamento do ex-PM aconteceu desde às 8 horas desta quinta-feira no Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, em Serra Sede. Na parte da manhã, segundo familiares de Ana Clara, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação. Depois do intervalo de almoço, outras cinco testemunhas foram ouvidas, dessa vez de acusação. Depois das testemunhas de defesa e acusação falarem, foi a vez de ouvir o réu, o que aconteceu por volta das 16h30.

Além de familiares da jovem, amigos e parentes de outras mulheres vítimas de violência, como a jovem Bárbara Richardelle, estiveram no fórum para prestar apoio à família de Ana Clara e acompanhar o julgamento.

Relembre o caso

A estudante, na época com 19 anos, foi assassinada no dia 5 de fevereiro de 2015, na Rodovia do Contorno, na Serra. Segundo as investigações o expolicial assassinou a namorada com cinco tiros e jogou o corpo dela em uma ribanceira, às margens da rodovia.

No mesmo dia, o acusado chegou a afirmar à polícia que Ana Clara havia sido sequestrada por bandidos. No entanto, horas depois, o corpo dela foi encontrado às margens da Rodovia do Contorno. Itamar foi preso em flagrante por homicídio duplamente qualificado. Cerca de seis meses após o crime, o suspeito foi expulso da Polícia Militar. Ana Clara e Itamar namoravam há cerca de dois anos.

Réu não responderá por feminicídio

A lei do feminicídio (13.104/2015) entrou em vigor em março de 2015, um mês após o crime. Segundo a advogada criminalista Elisângela Leite Melo, a lei não pode retroagir, fato que impede que o réu seja julgado pelo crime de feminicídio, que prevê pena maior que o crime de homicídio qualificado.

PORTAL SBN | COM INFORMAÇÕES REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA

Site: https://portalsbn.com.br/noticia/apos-quatro-anos-do-assassinato-da-estudante-ana-clara-ex-pm-e-condenado-a-31-anos-de-prisao

Ex-policial militar é condenado a 31 anos de prisão em regime fechado no caso Ana Clara (Últimas)

Em depoimento, o ex-soldado da Polícia Militar, Itamar Rocha Lourenço Júnior, confessou o crime

Quatro anos após o assassinato da estudante Ana Clara Félix Cabral, de 19 anos, o ex-soldado da Polícia Militar e na época também namorado da jovem, Itamar Rocha Lourenço Júnior, sentou no banco dos réus na tarde de quinta-feira (11) e foi condenado a 31 anos de prisão em regime fechado.

O ex-policial militar foi julgado e condenado pelos crimes de homicídio duplamente qualificado por motivo fútil, com comunicação de crime e ocultação de cadáver.

Leia também >> Professor é denunciado pelo MP por assediar estudante de 13 anos de idade

Em depoimento prestado em júri popular, na tarde de quinta-feira, o ex-policial confessou o crime, mas negou que ele tenha matado a jovem. Segundo ele, depois de discutir com a namorada, ela pegou a arma e apontou contra ele. Mas, no momento em que ele foi tirar o revólver da mão da jovem, a arma acabou disparando cinco vezes contra ela.

Apesar de ter confessado o assassinato, o acusado negou ter ocultado o cadáver da estudante e ter informado aos policiais que a jovem teria sido sequestrada, segundo informou a advogada da família da vítima.

No entanto, a versão não convenceu o <u>Ministério</u> <u>Público</u>, segundo o promotor de justiça, Rodrigo Monteiro. O réu ficou em silêncio durante toda a instrução e hoje trouxe uma tese que surpreendeu o <u>Ministério Público</u>, uma tese dizendo que os disparos que vitimaram a Ana Clara foram disparos acidentais. A prova mostra que não foi isso que aconteceu , afirmou o promotor, que disse ainda que espera uma condenação justa para o réu.

Nós não queremos que o réu apodreça, não é isso, mas que seja feita justiça. O **Ministério Público** busca uma pena justa. Nem um dia a mais, nem um dia a menos. Que ele pague a dívida dele com a sociedade por ter ceifado a vida de uma jovem de 19 anos de

idade, com todo um futuro pela frente, completou.

A família de Ana Clara também ficou indignada com a versão trazida por Itamar durante o julgamento. Eu fiquei sabendo agora que ele confessou e disse que foi acidental. Ele deu cinco tiros acidentalmente na minha filha. Acidentalmente a arma disparou cinco vezes e as cinco vezes acertou a minha filha. Que fatalidade né, a minha filha receber cinco tiros acidentalmente?, ironizou o pai da vítima, o engenheiro Elson Cabral Filho.

O pai de Ana Clara disse que não acompanhou o depoimento do acusado. Eu preferi sair. Primeiro em solidariedade à minha mulher, que ela não quis de jeito nenhum acompanhar. Eu fiquei do lado de fora do salão junto com ela. E também porque eu sabia que nada disso, nada do que ele falasse, ia acrescentar ou ia modificar a nossa opinião sobre aquilo que aconteceu. Espero que a justiça seja feita. O único resultado que esperamos é que ele seja condenado, declarou.

Leia também >> Operação de combate ao tráfico de drogas já levou 10 para a cadeia em Linhares

A mãe de Ana Clara, a administradora Ana Katia Félix, diz que espera que Itamar pegue a pena máxima. Já confessou o crime, já mudou a versão, já está um cordeirinho, um anjinho. Deu cinco tiros pelas costas e ainda está se achando um anjinho. Já que ele confessou, acho que todo mundo viu o crápula que ele é, o jeito como ele falou. Que ele pegue uns 30 anos. Se pudesse dar mais, eu gostaria, mas eu acho que 30 anos já ameniza um pouco o nosso sofrimento, afirmou.

Sempre foi dissimulado, sempre teve esses dois lados. Agora ele teve capacidade de dizer que gosta de mim e do meu marido. Como que você gosta de uma família, como você admira uma família e destrói aquela família, matando da maneira cruel como ele matou, pelas costas, a minha filha? , questionou Ana Katia.

Na época, o crime aconteceu em 2015, quando Ana Clara foi morta dentro do carro de Itamar e, foi deixada

FOLHA DO LITORAL ONLINE / ES. Sex, 12 de Julho de 2019 PODER JUDICIÁRIO

às margens da Rodovia do Contorno, na Serra.

Julgamento

O julgamento do ex-PM aconteceu desde às 8 horas desta quinta-feira no Fórum Desembargador João Manoel de Carvalho, em Serra Sede. Na parte da manhã, segundo familiares de Ana Clara, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação. Depois do intervalo de almoço, outras cinco testemunhas foram ouvidas, dessa vez de acusação. Depois das testemunhas de defesa e acusação falarem, foi a vez de ouvir o réu, o que aconteceu por volta das 16h30.

Além de familiares da jovem, amigos e parentes de outras mulheres vítimas de violência, como a jovem Bárbara Richardelle, estiveram no fórum para prestar apoio à família de Ana Clara e acompanhar o julgamento.

Leia também >> Polícia Civil pede ajuda a população para prender suspeito de matar taxista em Linhares

Relembre o caso

A estudante, na época com 19 anos, foi assassinada no dia 5 de fevereiro de 2015, na Rodovia do Contorno, na Serra. Segundo as investigações o expolicial assassinou a namorada com cinco tiros e jogou o corpo dela em uma ribanceira, às margens da rodovia.

No mesmo dia, o acusado chegou a afirmar à polícia que Ana Clara havia sido sequestrada por bandidos. No entanto, horas depois, o corpo dela foi encontrado às margens da Rodovia do Contorno. Itamar foi preso em flagrante por homicídio duplamente qualificado. Cerca de seis meses após o crime, o suspeito foi expulso da Polícia Militar. Ana Clara e Itamar namoravam há cerca de dois anos.

Réu não responderá por feminicídio

A lei do feminicídio (13.104/2015) entrou em vigor em março de 2015, um mês após o crime. Segundo a advogada criminalista Elisângela Leite Melo, a lei não pode retroagir, fato que impede que o réu seja julgado pelo crime de feminicídio, que prevê pena maior que o crime de homicídio qualificado.

Redação Portal Linhares Em Dia

Com Folha Vitória

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook, Twitter e YouTube.

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: http://linharesemdia.com.br/noticias/policia/31466ex-policial-militar-e-condenado-a-31-anos-de-prisao-emregime-fechado-no-caso-ana-clara.html

Kennedy: operação apura superfaturamento na área da saúde (Última Hora)

Leandro Moreira

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Sul) e da Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy, com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES, deflagrou nesta sexta-feira (12/07) a Operação Caduceu. O objetivo é apurar o superfaturamento na compra de cirurgias, fraudes nos processos de aquisição e organização criminosa na área da saúde.

A operação consiste, inicialmente, no cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos em desfavor de três médicos e servidores municipais de Presidente Kennedy. As buscas estão sendo efetuadas nas residências dos investigados. Os mandados estão sendo cumpridos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta e Presidente Kennedy. As medidas foram deferidas pela Vara Única da Justiça Estadual de Presidente Kennedy.

A operação busca apurar as responsabilidades dos investigados na organização criminosa que se beneficiava com o direcionamento de licitações e favores para aquisição de cirurgias particulares que poderiam ter sido realizadas pelo Sistema Único de Saúde.

Além do superfaturamento e direcionamento de licitação com compras de cirurgias, também há suspeitas de utilização dos recursos públicos para favorecimento de determinadas pessoas próximas à gestão municipal, especialmente nas proximidades das eleições municipais de 2016.

Participam da operação promotores de Justiça do Gaeco-Sul e os policiais militares do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES.

Site: http://emoffnoticias.com.br/kennedy-operacaoapura-superfaturamento-na-area-da-saude/

Gaeco deflagra operação para apurar superfaturamento na compra de cirurgias em Presidente Kennedy

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/Sul) e da Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy, com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES, deflagrou nesta sexta-feira (12) a Operação Caduceu. O objetivo é apurar o superfaturamento na compra de cirurgias, fraudes nos processos de aquisição e organização criminosa na área da saúde.

A operação consiste, inicialmente, no cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos em desfavor de três médicos e servidores municipais de Presidente Kennedy. As buscas estão sendo efetuadas nas residências dos investigados. Os mandados estão sendo cumpridos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta e Presidente Kennedy. As medidas foram deferidas pela Vara Única da Justiça Estadual de Presidente Kennedy.

A operação busca apurar as responsabilidades dos investigados na organização criminosa que se beneficiava com o direcionamento de licitações e favores para aquisição de cirurgias particulares que poderiam ter sido realizadas pelo Sistema Único de Saúde.

Além do superfaturamento e direcionamento de licitação com compras de cirurgias, também há suspeitas de utilização dos recursos públicos para favorecimento de determinadas pessoas próximas à gestão municipal, especialmente nas proximidades das eleições municipais de 2016.

Participam da operação promotores de Justiça do Gaeco/Sul e os policiais militares do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES.

Site: https://www.aquinoticias.com/2019/07/gaeco-deflagra-operacao-para-apurar-superfaturamento-na-compra-de-cirurgias-em-presidente-kennedy/

MPES investiga ação criminosa na área da saúde em Presidente Kennedy

Por Redação

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-Sul) e da Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy, com o apoio do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES, deflagrou nesta sexta-feira (12/07) a Operação Caduceu.

O objetivo é apurar o superfaturamento na compra de cirurgias, fraudes nos processos de aquisição e organização criminosa na área da saúde.

A operação consiste, inicialmente, no cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos em desfavor de três médicos e servidores municipais de Presidente Kennedy. As buscas estão sendo efetuadas nas residências dos investigados.

Os mandados estão sendo cumpridos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Vargem Alta e Presidente Kennedy. As medidas foram deferidas pela Vara Única da Justiça Estadual de Presidente Kennedy.

A operação busca apurar as responsabilidades dos investigados na organização criminosa que se beneficiava com o direcionamento de licitações e favores para aquisição de cirurgias particulares que poderiam ter sido realizadas pelo Sistema Único de Saúde.

Além do superfaturamento e direcionamento de licitação com compras de cirurgias, também há suspeitas de utilização dos recursos públicos para favorecimento de determinadas pessoas próximas à gestão municipal, especialmente nas proximidades das eleições municipais de 2016.

Participam da operação promotores de Justiça do Gaeco-Sul e os policiais militares do Núcleo de Inteligência da Assessoria Militar do MPES.

Fonte: Ministério Público do ES

Site

https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/53439/mpes -investiga-acao-criminosa-na-area-saude-presidente-kennedy

Operação do MP apura superfaturamento na compra de cirurgias em três cidades do ES

Por G1 ES

Uma operação do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES) apura o superfaturamento na compra de cirurgias, fraudes nos processos de aquisição e organização criminosa na área da saúde.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão na casa de três médicos e servidores municipais de Presidente Kennedy.

Segundo o MP, a operação tem o objetivo de apurar se os investigados são responsáveis pela organização criminosa que se beneficiava com licitações e aquisição de cirurgias particulares que poderiam ser feitas na rede pública.

Além do superfaturamento e direcionamento de licitação com compras de cirurgias, também há suspeitas de utilização dos recursos públicos para favorecer pessoas próximas à gestão municipal, especialmente nas proximidades das eleições municipais de 2016.

Site: https://g1.globo.com/es/espiritosanto/noticia/2019/07/12/operacao-do-mp-apurasuperfaturamento-na-compra-de-cirurgias-em-trescidades-do-es.ghtml

Dez pessoas são detidas em operação conjunta no município de Linhares ES (Polícia)

Por São Mateus News

11:28 h

Dez pessoas foram detidas nesta quinta-feira (11) em uma operação conjunta realizada pelas Polícias Militar e Civil, e o **Ministério Público**. Na operação denominada "Torre Branca" foram apreendidas drogas e arma, no município de Linhares.

Durante a ação foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão. Foram apreendidas duas pistola calibre 380, 107 munições de diferentes calibres, R\$ 9.271,00 em espécie, 105 gramas de cocaína e 435 gramas de maconha, além de 351 buchas da mesma substância.

Esta noticia já foi lida16 vezes

Site: https://saomateusnews.com.br/policia/dez-pessoassao-detidas-em-operacao-conjunta-no-municipio-delinhares-es/

Ministério Público pede aumento de pena para professor acusado de assédio a estudante

Vitória - Por meio da Promotoria de Justiça de Mucurici, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) pediu aumento de pena para um professor de Ponto Belo acusado de assédio sexual a uma estudante, que à época dos fatos tinha 13 anos. Conforme mensagem enviada à Rede TC pela Assessoria de Comunicação do MPES, o crime é previsto no Artigo 216-A, Parágrafo 2º (menor de 18 anos), e o pedido ocorreu em razão das circunstâncias do fato, "por se tratar de crime contra menor de 14 anos (vulnerável)

O MPES detalha que, justificando que prestaria ajuda com material de estudo, o homem, que não dava aula diretamente para a adolescente, estabeleceu o primeiro contato com a vitima usando um aplicativo de mensagens. "Posteriormente, solicitou o número de telefone da adolescente, prosseguiu o contato e começou a assediar e constranger a vitima. As mensagens foram enviadas em horários de menor vigilância dos pais da aluna, entre 23h e 2h. De acordo com a denúncia, o professor introduziu na conversa, de forma ininterrupta, diálogos com teor notoriamente libidinoso" relatou o órgão estadual.

Aínda de acordo com o MPES, o professor, que foi afastado e não leciona mais na rede pública, solicitava que a aluna enviasse fotos intimas e fazia exposição da vida sexual. "Mesmo após repreendido pela adolescente, o professor insistiu em manter diálogos constrangedores", frisou.

O MPES pediu a condenação do professor por assédio sexual, com culpabilidade e circunstâncias agravadas, em especial, por se tratar de crime contra menor de 14 anos, praticado durante a madrugada (menor vigilância dos país) e por meio de aliciamento em redes sociais privadas. O Ministério Público requereu, ainda, o pagamento de indenização à vitima por danos morais presumidos no valor minimo de R\$ 10 mil.

Professor de cidade da região Norte do ES é denunciado por assédio a menina de 13 anos

Um professor de Ponto Belo, município da região Norte do Espírito Santo, foi denunciado pela Promotoria de Justiça de Mucurici por assédio assexual a uma estudante que tinha 13 anos quando o fato aconteceu.

O crime teve requerimento da pena por parte do **Ministério Público** do Espírito Santo (MPES), em razão das circunstâncias do fato, por se tratar de crime contra uma jovem de 14 anos (vulnerável).

Quando as investigações começaram, o professor foi afastado administrativamente da escola e atualmente não dá aula em nenhum estabelecimento de ensino estadual ou municipal, respondendo ao processo em liberdade.

Justificando que prestaria ajuda com material de estudo, o homem, que não dava aula diretamente para a adolescente, estabeleceu o primeiro contato com a vítima usando um aplicativo de mensagens. Posteriormente, solicitou o número de telefone da adolescente, prosseguiu o contato e começou a assediar e constranger a vítima, de acordo com informações passadas pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES).

As mensagens foram enviadas em horários de menor vigilância dos pais da aluna, entre 23h e 2 horas. De acordo com a denúncia, o professor introduziu na conversa, de forma ininterrupta, diálogos com teor notoriamente libidinoso. Ele solicitava que a aluna enviasse fotos íntimas e fazia exposição da vida sexual. Mesmo após repreendido pela adolescente, o professor insistiu em manter diálogos constrangedores.

O MPES pediu a condenação do professor por assédio sexual, com culpabilidade e circunstâncias agravadas, em especial, por se tratar de crime contra menor de 14 anos, praticado durante a madrugada (menor vigilância dos pais) e por meio de aliciamento em redes sociais privadas. Foi requerido também o pagamento de indenização à vítima por danos morais presumidos no valor mínimo de R\$ 10 mil.

Com informações do <u>Ministério Público</u> do Espírito Santo!

Continua depois da Publicidade:

BANANAL ON/LINE / ES - NOTÍCIAS. Sex, 12 de Julho de 2019 PODER JUDICIÁRIO

Site: https://bananalonline.com.br/professor-de-cidade-da-regiao-norte-do-es-e-denunciado-por-assedio-a-menina-de-13-anos/

Egressos do sistema prisional concluem cursos do Programa Qualificar Espírito Santo

Estado - Quarenta e seis egressos do sistema penitenciário do Estado, participantes do Programa Qualificar ES receberam os certificados de conclusão de curso, na manhã desta quarta-feira (10). Com a presença dos familiares, eles participaram da solenidade de formatura, que aconteceu no auditório da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), em Vitória. A vice-governado-ra Jaqueline Moraes esteve presente no evento e cumprimentou os novos profissionais.

Também participaram da solenidade a secretaria da Ciência e Tecnologia, Cristina Engel; a subsecretária de Ressocialização da Sejus, Roberta Ferraz; entre outras autoridades. Os formandos concluíram cursos de Empreendedorismo, Auxiliar de Estoque, Informática Básica, Decoração de Festa, Maquete de Bolo e Técnica de Vendas.

Os cursos de qualificação foram ofertados pelo Escritório Social, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti).

A vice-governadora iniciou sua fala dando um conselho aos formandos: "Como é bom ver vocês aproveitando essa oportunidade. Não pensem que será muito fácil agora. Mas, a forma como se verão a partir de agora é muito importante. Eu fui camelô durante 15 anos da minha vida. Depois da morte do meu pai, eu armava minha barraca de manhã e fechava a tarde. E figuei indignada com a marginalização do trabalho informal. Eu tinha uma filha, sustentava minha casa e tinha um carro velho comprado com o dinheiro da barraca. Então eu não aceitava a marginalização", disse.

Jaqueline Moraes destacou a importância da profissionalização no processo de ressocialização dos egressos. "Vocês, formandos, não aceitem a marginalização. Vocês já



passaram por tudo que tiveram que passar e, agora, precisam se ver como pessoas ressocializadas, com novos conhecimentos. É assim que devem se olhar. Egressos do sistema prisional, mas hoje ressocializados. Nós acreditamos e apostamos nessa mudança e vocês precisam querer mais", Jembrou. Oportunidades para reintegração social — A secretária da Ciência e Tecnologia, Cristina Engel, destacou que os ternas dos cursos são voltados especialmente para potencializar a oportunidade de inserção dos formandos ao mundo do trabalho, seja por empregabilidade seja pelo empreendedorismo.

"Dos títulos que possuo, o que eu mais me orgulho é de ser professora, e o que me dá mais prazer é participar dessas solenidades de formatura. Nós procuramos fazer um trabalho integrado — Secti, Sejus e CEET Vasco Coutinho — para oferecer a vocés as melhores possibilidades de se qualificarem e de

se inserirem na sociedade de forma digna. Gostaria especialmente de parabenizar os formandos e suas familias: vamos ficar na torcida e, sempre que possível, dar apoio para que o caminho de vocês seja de sucesso. Afinal, o sucesso de vocês é nosso sucesso também", enfatizou a secretária.

Sistema BNMP 2.0 passa por manutenção programada

O Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do <u>Conselho Nacional de Justiça</u> (DTI/<u>CNJ</u>) informa que realizará manutenção programada no Sistema BNMP 2.0 , nesta sexta-feira (12/7).

A atividade ocasionará a indisponibilidade do sistema no período compreendido entre 18h e 20h.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato com a Central de Atendimento: (61) 2326-5353.

Agência CNJ de Notícias

Site: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89251-sistemabnmp-2-0-passa-por-manutencao-programada

PREVIDÊNCIA |

MULHERES

BENEFÍCIO INTEGRAL COM 35 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

Câmara aprova mudança no cálculo das aposentadorias

Percentua

60%

64%

65%

68%

70%

72%

74%

75%

78%

80%

84%

86%

88%

90%

92%

94%

96%

98%

100%

102%

104%

106%

108%

110%

contribuição do benefício

BRASILIA

■ Uma mudança no cálculo das aposentadorias aprovada ontem pelo plenário da Câmara - que avaliava as emendas à reforma da Previdência – vai permitir que as mulheres tenham acesso a 100% do beneficio cinco anos antes do que os homens. Elas, assim como os trabalhadores do sexo masculino, precisariam contribuir por no mínimo 40 anos para ter esse direito.

Pelo nova versão, as trabalhadoras terão direito a 60% do valor do benefício a partir dos 15 anos de contribuição. Ao atingir esse critério, poderão receber 2% a cada ano a mais na ativa até atingirem o valor integral aos 35 anos.

No relatório aprovado na comissão especial, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) reduziu o tempo mínimo de contribuição das mulheres de 20 anos para 15 anos. Com isso, clas teriam direito a 60% do beneficio. No entanto, só receberiam mais 2% por ano após os 20 anos de contribuição. A mudança foi negociada com a bancada feminina da Câmara.

A modificação foi apro-

CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO

PARA HOMENS

Anos de

21

22

23

24

25

26

27

28

29

31

32

33

36

37

38

39

41

47

43



Fórmula

Calculado com base na média de todo o histórico de contribuições do trabalhador



Aplicação

Quem cumprir o tempo mínimo de contribuição terá direito a 60% do beneficio, subindo 2 pontos a cada ano



Exceção

O valor do benefício não poderá ser inferior a um salário mínimo (R\$ 998)

vada por 344 votos a favor e 132 contra, além de 15 abstenções. Entre os 10 deputados federais do Espírito Santo, a maioria foi a favor da mudança: Amaro Neto (PRB), Da Vitória (Cidadania), Soraya Manato (PSL), Evair Vieira de Melo (PP), Lauriete (PL) e

Norma Ayub (DEM) votaram sim ao destaque.

Percentual

60%

64%

66%

68%

70%

72%

74%

79%

78%

80%

840/

86%

88%

90%

92%

949

96%

98%

100%

102%

104%

106%

108%

110%

contribuição do benefício

Anos de

16

19

22

23

24

28

29

33

34

36

37

38

ram sim ao destaque. Já os deputados Felipe Rigoni (PSB), Helder Salomão (PT) e Ted Conti (PSB) votaram contra a alteração. Sergio Vidigal (PDT) se absteve.

As mudanças foram negociadas pela bancada feminina. Ainda na quarta-feira, o ministro da Casa Cívil, Onyx Lorenzoni, disse que a mudança reduziria em cerca de R\$ 23 bilhões a economia esperada pela reforma em dez anos.

JUSTICA ESTADUAL

O ministro ponderou, no entanto, que outro ponto em negociação compensaria esse valor, referente à competência da Justiça Estadual para processar causas previdenciárias. Por isso, o mesmo destaque determina que uma lei seja aprovada para autorizar que a Justiça Estadual possa julgar ações previdenciárias em comarcas do interior em que não funcionar vara da Justiça Federal.

Justiça Federal.

Pelas regras atuais, essa delegação de competência é automática. Segundo fontes ligadas a área, o julgamento deste tipo de ação pelos juízes estaduais é custoso aos cofres públicos porque, em média, tramita por um período de tempo maior em re-

lação às varas federais, que são especializadas no assunto, pesando na conta os juros e a correção monetária dos processos.

INTERMITENTE

O plenário da Câmara também derrubou, por 334 votos, o segundo destaque da noite que pretendia modificar o texto da reforma da Previdên-Apresentado pelo PSB, o destaque tentava retirar do texto a exigência da contribuição mínima mensal dos trabalhadores para o INSS. Pela proposta, se o trabalhador receber valor inferior ao mínimo, ele precisa completar do bolso para ter direito aos benefícios da Previdência.

Um dos argumentos do partido é que a medida prejudica os trabalhado res contratados no regime de trabalho intermitente (por hora), que podem ganhar menos do que o salário mínimo. O governo alega que a medidavisa evitar desequilíbrio no futuro, referente ao pagamento de beneficio em valor superior ao montante recolhido. (Agência Estado)

Pensão não poderá ser menor que um salário mínimo

O destaque apresentado pela bancada feminina e também aprovado pelo plenário da Câmara garante a viúvas e viúvos um salário mínimo como pensão por morte. O texto-base previa que a pensão não poderiaser inferior a opiso caso a pensão fosse a única fonte de renda do "conjun-

to de dependentes" do segurado.

A emenda retira a expressão "conjunto de". Ou seja, passa a valer a renda do dependente, não de toda a família, para garantir o piso. Houve uma negociação também para queo texto deixe claro que essa fonte de renda seja formal. A maioria dos beneficiários de pensão são mulheres.

A reforma acabou com o beneficio integral da pensão. Pelas novas regras, novos beneficiários vão ter direito a 50% da aposentadoria recebida pelo segurado falecido, ou do valor a que ele teria direito caso fosse aposentado. Esse valor seria acrescido de 10% por dependente, até o limite de 100%. Ouseja, se a família for uma viúva mais dois filhos, o total recebido será de 80% (50%+10% para a viúva, acrescidos de 10% por cada filho). (Agência O Globo)



Plenário aceltou emenda sobre as pensões por mort

| PREVIDÊNCIA |

GOVERNO NEGOCIA IDADE MENOR PARA PROFESSORES

Mudança deve trazer ainda regras brandas para policiais federais

 A Para facilitar a vota-ção dos destaques (propostas de alteração) ao texto-base da reforma da Previdência, aprovado pela Câmara dos Deputados em primeiro turno na noite de quarta-feira, 10, o governo está negociando com os líderes do centrão e da oposição reduzir a idade mínima dos professores em uma das regras de transição para a aposentadoria dessa categoria.

Aidade mínima cairia de 58 para 55 anos, no caso dos homens, e de 55 para 52 anos, no caso das mulheres. Isso seria válido para os profissio-nais que já estão trabalhando e que optassem pela regra de transição que prevê pedágio de 100% sobre o tempo que falta para se aposentar, como prevê um destaque do PDT.

Para os demais trabalhadores, a idade mínima nessa regra de transição seria mantida em 60 anos (homens) e 57 anos (mulheres), mais pedágio de 100%, conforme o tex-to-base aprovado na Câmara nesta quarta-feira.

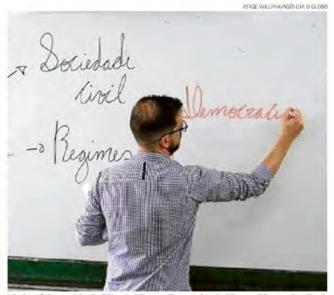
A mudança está sendo costurada com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A mo-dificação deverá constar em uma emenda aglutinativa que vai incorporar também regras mais brandas para aposentadoria de policiais federais e um benefício maior para as mulheres a partir dos 15 anos de contribuição. "Vamos aprovar o destaque. Já temos apoio do governo", disse o líder do PDT, André Figueiredo.

de quar-Na noite ta-feira, a Câmara der-

rubou destaque do PDT para retirar os professores da reforma. A mudança na idade mínima é prevista em outro destaque. A negociação com o PDT faz parte do esforço de Maia e do governo pa-ra reduzir o número de destaques e concluir mais rapidamente a votação da reforma.

Durante todo o dia de ontem, Maia buscou reorganizar a base para derrubar a maior parte dos destaques, a fim de evitar uma major desidratação da reforma.

O governo e os líderes pretendem reduzir o impacto financeiro das mu-danças para policiais, mulheres e professores em um outro artigo inserido na mesma emenda aglutinativa. O texto prevê concentrar na Justiça Federal as ações contra o INSS



ade mínima cairia de 58 para 55 anos (homem) e de 55 para 52 anos (mulher)

Tempo mínimo de contribuição de homens deve ficar em 15 anos AGU garanta benefícios

■ O governo e líderes favo ráveis à reforma da Previdência avaliam manter as regras atuais sobre o tempo de contribuição mínimo exigido para os homens. A intenção é manter o tempo mínimo de contribuição em 15 anos. Aproposta enviada pelogovernoemantidapelo texto-base da reforma aprovada na Câmara, estabelece 20 anos de contribuição.

O governo também havia sugerido subir o tempo mínimo de contribuição das mulheres para 20 anos. Durante a discussão da reforma na comissão especial, o tempo das mulheres já havia sido reduzido para 15 anos. Rodrigo Maia quer aprovar a reforma em segundo-tumo até hoje.

Atualmente, quem so aposenta por idade aos 65 anos (homem) e 60 anos (mulher) járecolhemais do que o mínimo. Em 2018, o tempo mínimo médio de



No texto original, homens contribuiriam por 20 ano

contribuição dos homens foi de 22 anos e das mulheres, de quase 19 anos. Isso ocorre porque esses trabalhadores precisam atingir a idade exigida para requerer o beneficio.

A mudança faz parte do acordo que o governo está construindo para facilitar a conclusão da votação da reforma. O governo e o presidente da Câmara. Rodrigo Maia (DEM-RJ), tentam derrubar destaques da oposição que podem desidratar a reforma da Previdência. "Há destaques que podem destruir efetivamente a reforma" disse o relator, Samuel Moreira (PSDB-SP).

Policiais esperam que

As carreiras policiais reclamam que não receberam ainda parecer da Ad-vocacia-Geral da União para garantir a integralidade (se aposentar com o último salário da carreira) e paridade (reajustes iguais aos da ativa) para os servidores até a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma da Previdência.

Esse é um dos pontos que estão ainda soltos nas negociações para a votação dos destaques (sugestões de alterações ao texto-base). O texto-base da reforma. aprovado na quarta-feira, 10, remete as regras dos policiais à lei complementar 51, que trata da aposentadoria do servidor policial. O problema é que essa lei passou a ser judicializada depois da criação do Funpresp,

o fundo de previdência complementar dos servi-

dores da União. Da forma como o texto foi aprovado no plenário, os policiais têm de trabalhar até os 55 anos (homens e mulheres) para ter direito à aposentadoria, com 30 anos de contribuição, sendo 25 no exercício efetivo da carreira.

O destaque, que ainda vai ser apreciado pelos senadores, propõe que a idade caia para 53 anos para homens e 52 para mulheres. Inclui também um pedágio de 100%, que se re fere ao tempo que o poli-cial terá de trabalhar a mais do tempo que falta para se aposentar para ter direito a se aposentar. Nas contas do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, essa modificação vai reduzir a economia em cerca de R\$ 1 bilhão. (Agência Estado)

Dólar cai a R\$ 3,75 e Ibovespa recua 0,6%

Após o placar da reforma da Previdência ter surpreendido positivamente o mercado, com uma "folga" de 71 votos, a Bolsa brasileira caiu 0,63% ontem, aos 105.146 pontos, com os investidores aproveitando a boa notícia para realizar lucros. O dólar comercial recuou 0,16%, cotado a R\$ 3,75 para venda. Além da realização de lucros, a possibilidade de adiamento da votação sobre as alterações ao texto da reforma e a dúvida sobre qual impacto essas mudancas terão na economia prevista com a reforma deixaram os investidores cautelosos, "A aprovação foi boa, mas é preciso aguardar a votação dos destaques ao texto e recalcular qualserá a economia fiscal", disse o economista-chefe do Modalmais, Álvaro Bandeira.

PREVIDÊNCIA |

SAIBA QUAL É A MELHOR REGRA DE TRANSIÇÃO

Simulações mostram quando segurado atinge 100% do benefício

A nova Previdência prevê regras de transição para a aposentadoria, Preparamos simulações para mostrar quais são as opções mais vantajosas para determinados perfis de profissionais.

O valor do benefício que o segurado vai receber pode ficar menor de acordo com a alternativa escolhida por ele. As regras criadas na reforma da Previdência preveem um corte para os assalariados do setor privado que não contribuírem por pelo menos 40 anos (homens) e 35 anos (mutheres) para o INSS.

Ao todo, serão cinco regras para trabalhadores do regime geral escolherem: porpontos, por idade, idade mínima mais tempo de contribuição, pedágio de 50% e pedágio de 100%.

O corte no benefício vai ocorrer mesmo na nova regra do pedágio de 100%, criada pelo relator Samuel Moreira (PSDB-SP). Num primeiro momento, a regra



Moreira deixou em seu relatório 5 opções de transição

do relator foi prevista apenas para servidores. Para o servidor pré-2003 que está a quatroanos de se aposentar, basta trabalhar oito anos (4 anos + 100%) para se aposentar pela integralidade, desdeque cumprida a idade de 57 anos (homens) e 60 anos (mulheres).

Em seguida, Moreira decidiu estender a regra do pedágio de 100% para os trabalhadores do setor privado.

Pelo pedágio de Morei-

ra, os servidores anteriores a 2003 terão aposentadoria pelo valor máximo que. nocasodeles, significa a integralidade se cumprirem os pré-requisitos para se aposentarem. Mas os trabalhadores do setor privado não têm garantido o valor máximo de aposentadoria possível (neste caso, limitado ao teto do INSS) se atingirem todas as exigências para pedir aposentadoria. (Com Informações da Agência O Globo)

VEJA ALGUMAS SIMULAÇÕES

REGIME GERAL

EXEMPLO 1

Ana trabalha como faxineira desde os 17 anos, mas só teve a carteira assinada aos 31 anos. Hoje ela tem 56

REGRA DE TRANSIÇÃO **POR PONTOS**

- ▶ Ano de aposentadoria: 2024
- Idade: 61 anos
- Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 90% do benefício. Para ter direito a integralidade precisaria trabalhar de dez anos.

REGRA DE TRANSIÇÃO POR **IDADE E CONTRIBUIÇÃO**

- ► Ano de aposentadoria: 2024
- Idade: 61 anos
- ▶ Tempo de contribuição: 30 anos
- Valor da aposentadoria: 80% do beneficio.

REGRA DE TRANSIÇÃO POR IDADE

- Ano de aposentadoria: 2025
- Idade: 62 anos
- Tempo de contribuição: 31 anos
- Valor da aposentadoria: 90%. Para ter direito a

integralidade precisaria trabalhar de dez anos.

REGRA DE TRANSIÇÃO COM PEDÁGIO DE 100%

- 2029 Idade: 66 anos
- Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício

EXEMPLO 2

Miguel e seu irmão Arthur farão 54 anos neste mês. Miquel tem 30 anos de contribuição como engenheiro. Já o irmão, 29 anos.

1. MIGUEL REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS

- Ano de 2030
- Idade: 65 anos Tempo de contribuição:
- 41 anos Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

REGRA DE TRANSICÃO CONTRIBUIÇÃO

- Ano de aposentadoria:
- Idade: 65 anos Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

REGRA DE TRANSIÇÃO POR IDADE

- Ano de aposentadoria:
- Idade: 65 anos ▶ Tempo de contribuição:
- 41 anos Valor da aposentadoria: com 100% do benefício.

REGRA DE TRANSIÇÃO POR PEDÁGIO DE 100%

- Ano de aposentadoria:
- 2029 Idade: 64 anos
- Tempo de contribuição: 40 anos Valor da aposentadoria:

com 100% do benefício. 2. ARTHUR REGRA DE TRANSIÇÃO

- POR PONTOS Ano de aposentadoria:
- Idade: 65 anos ▶ Tempo de contribuição:
- 42 anos
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

REGRA DE TRANSICÃO POR IDADE E CONTRIBUIÇÃO

- Ano de aposentadoria: 2031
- Idade: 65 anos ▶ Tempo de
- contribuição: 42 anos Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

REGRA DE TRANSIÇÃO POR IDADE

- aposentadoria:
- Idade: 65 anos ► Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

REGRA DE TRANSIÇÃO **COM PEDÁGIO DE 100%**

- Tempo de contribuição: 43 anos
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício.

Bemardo tem 31 anos e servicos gerais de uma

REGRA DE TRANSIÇÃO POR PONTOS

- Ano de aposentadoria: 2050
- Idade: 62 anos
- 100% do benefício

REGRA DE TRANSICÃO POR IDADE F

- Ano de 2053

- Ano de
- 42 anos

- Ano de aposentadoria:
- 2032 Idade: 66 anos

EXEMPLO 3

trabalha como auxiliar de empresa há 12 anos.

- Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria:

CONTRIBUIÇÃO

- Idade: 65 anos Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício

REGRA DE TRANSIÇÃO POR IDADE

- ▶ Ano de aposentadoria:
- 2053
- ▶ Idade: 65 anos Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício

REGRA DE TRANSIÇÃO COM PEDÁGIO DE 100%

- ▶ Ano de aposentadoria:
- 2065 Idade: 77 anos
- Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do beneficio

SERVIDOR PÚBLICO

EXEMPLO 1 José tem 46 anos e trabalha na administração de um órgão federal há 18 anos. Antes, ele não contribuia para a

REGRA DE TRANSIÇÃO **POR PONTOS**

Ano de aposentadoria: 2040

previdência.

Idade: 67 anos ▶ Tempo de contribuição: 39 anos

VANTAGEM

Valor da aposentadoria: 100% do benefício

DESVANTAGEM

REGRA DE TRANSIÇÃO

- **COM PEDÁGIO DE 100%** - Ano de aposentadoria:
- 2053 Idade: 80 anos
- ► Tempo de contribuição:
- 52 anos Valor da aposentadoria: 100% do benefício

EXEMPLO 2

Maria tem 30 anos e trabalha desde 2011 no serviço público e nunca foi promovida. Antes, anos em uma empresa

REGRA DE TRANSIÇÃO

POR PONTOS - Ano de

particular.

- 2049
- Idade: 60 anos ► Tempo de contribuição:
- Valor da aposentadoria: 100% do benefício

REGRA DE TRANSICÃO **COM PEDÁGIO DE 100%**

- Ano de

► Tempo de contribuição: 50 anos

